

Economia

União dá áreas sem licitação à Petrobras

Governo decidiu eliminar a licitação de 4 campos do pré-sal para concedê-los à estatal. A empresa terá de desembolsar R\$ 15 bi

BRASÍLIA

O Palácio do Planalto decidiu eliminar a licitação de quatro campos do pré-sal para concedê-los diretamente à Petrobras. Com a operação, a estatal ganhará reservas adicionais entre 10 bilhões e 15 bilhões de barris e terá de desembolsar R\$ 15 bilhões em bônus e antecipações. Neste ano, a medida colocará R\$ 2 bilhões no caixa do governo.

A decisão ajudará o Tesouro Nacional a fechar as contas de 2014 e a elevar a economia para pagar os juros da dívida, o chamado superávit primário.

Oficialmente, o modelo, diferente do adotado na concessão do Campo de Libra, em 2013, foi anunciado sem objetivo fiscal.

Mas até o secretário de Petróleo do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Almeida, reconheceu o efeito da concessão nas contas públicas. “A antecipação (do bônus de R\$ 2 bilhões) não tem finalidade fiscal, mas é bom para o fiscal”, admitiu.

No Rio, a presidente da Petrobras, Maria das Graças Foster, desconvorsou: “Não sei o impacto dos R\$ 2 bilhões no superávit fiscal”.

O mercado reagiu mal à concessão dos campos à Petrobras, com a cobrança imediata de R\$ 2 bilhões ainda neste ano.

As ações preferenciais da estatal subiam até 15h45 de ontem, quando inverteram a tendência e fecharam em baixa de 3,49%. O Ibovespa acompanhou o movimento e reduziu os ganhos para 0,13% no dia.



GRAÇA FOSTER: “Não sei o impacto dos R\$ 2 bilhões no superávit fiscal”

A estatal terá de desembolsar uma “entrada” de R\$ 2 bilhões de seu caixa que não estavam previstos. A Petrobras repassará os outros R\$ 13 bilhões até 2018, em “parcelas” que serão pagas à União em petróleo. É justamente essa fatia de R\$ 13 bilhões que vai compor o Fundo Social, mecanismo criado para repassar parte dos royalties do pré-sal para o orçamento da saúde e da educação.

A falta de dinheiro em caixa na

Petrobras levou o governo a cobrar de forma parcelada o total de R\$ 15 bilhões estimados para conceder o direito de exploração dos campos - Búzios, entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi, todos na região do pré-sal da Bacia de Santos.

“Se a Petrobras tivesse capacidade financeira, nós iríamos cobrar os R\$ 15 bilhões à vista. Empresa nenhuma no mundo tem essa capacidade. O negócio é bom para Petrobras.”, afirmou o secretário.

Decisão sobre disputa entre Odebrecht e Gradin é adiada

BRASÍLIA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adiou mais uma vez o julgamento da disputa entre as famílias Odebrecht e Gradin por um quinto das ações do grupo Odebrecht. Trata-se do maior litígio empresarial do País.

Está em questão de que forma o processo será conduzido pela Justiça: se por arbitragem, como querem os Gradin, ou por ação judicial comum, como preferem os Odebrecht. O conflito teve início em dezembro de 2010, quando a Graal Participações, holding da família Gradin, pediu a instauração de arbitragem para tratar o pedido de



SUPERIOR Tribunal de Justiça

compra de 20,6% das ações da Odobin, antes em poder dos Gradin, pelos Odebrecht.

A Justiça da Bahia determinou a realização de audiência de mediação para tratar do assunto, pois o contrato previa que discordâncias fossem discutidas por meio de arbitragem.

Da forma como queriam os Gradin, seriam nomeados os árbitros, eles examinariam os papéis e apresentariam suas conclusões. Litígios desse tipo resolvem-se geralmente em seis meses.

Sem arbitragem, no ritmo da Justiça, como recorreu o grupo Odebrecht, o prazo é bem maior. Já se passaram três anos e meio.